

# Atrás dos tempos vêm tempos e outros tempos não de vir

(Fausto Bordalo Dias)

Fatalidade cíclica da história qual eterno retorno ou avanço em espiral? Círculo vicioso ou hélice que se eleva a cada rotação? Na verdade, a muitos de nós, em relação ao debate sobre o currículo, parece-nos viver um *déjà-vu*, mas certamente temos consciência de que os contextos e os argumentos atuais são diferentes dos subjacentes à reforma curricular do início dos anos 90 do século passado e nas diversas atualizações que se lhe foram seguindo.

Hoje somos conscientes, talvez como antes não o éramos, que há princípios, muitas vezes incompatíveis, que afetam as nossas práticas e as nossas crenças educativas. O *National Council of Teachers of Mathematics* (NCTM), no seu documento *Principles to Actions*<sup>1</sup>, enuncia, no próprio subtítulo, um grande objetivo que partilhamos: *assegurar a todos o sucesso em Matemática*. Este é um princípio forte e uma exigência de justiça inerente às sociedades democráticas.

As dificuldades existentes na aprendizagem matemática de muitos dos nossos alunos refletem-se nos resultados divulgados pela Direção Geral de Estatísticas da Educação em março último relativos aos três anos do 3.º CEB, por disciplina, nos anos 2011/12 a 2015/2016. Conscientes destas dificuldades somos permanentemente desafiados a ultrapassá-las por forma a contrariar os baixos níveis de autoconfiança e autonomia e os sentimentos de desinteresse e de rejeição, que os alunos vão precocemente desenvolvendo em relação à disciplina. Por isso, o desafio, a par da exigência da dignificação da Escola e dos Professores em todas as suas vertentes, é o conseguir chegar a cada aluno para que se possa desenvolver e evoluir enquanto cidadão autónomo e interveniente, sem que a qualidade da Escola e o saber consolidado sejam optativos.

Assim, rejeitamos correntes e orientações sobre o ensino da Matemática subjacentes aos atuais programas do Ensino Básico e de Matemática A, afastadas das exigências da sociedade atual, que sobrevalorizam os aspetos mais formais e abstratos da Matemática, que insistem em conhecimentos factuais e no treino de técnicas e procedimentos, que fragmentam as aprendizagens, que desvalorizam o trabalho com tecnologia e capacidades como a estimação ou a previsão; que induzem abordagens tendencialmente diretivas e expositivas, descontextualizadas e

afastadas da experiência de cada um, da prática e da intuição dos alunos, componentes fundamentais para uma aprendizagem com compreensão e com significado e essenciais para uma educação matemática com relevância.

Também por estas razões, a APM entendeu colaborar no projeto do ME sobre a *Autonomia e flexibilidade curricular* ainda que com críticas substanciais a vários aspetos do processo em curso. Uma das colaborações que estamos a realizar é na definição de *Aprendizagens Essenciais* (AE). Entendemos, nesta definição, que as AE constituem, para cada tema matemático, um todo integrado e articulado de conteúdos, objetivos e práticas de aprendizagem interrelacionados e indissociáveis: os objetivos concretizam as aprendizagens essenciais relativas a cada conteúdo, incidindo sobre conhecimentos, capacidades e atitudes a adquirir e a desenvolver, e as práticas estabelecem condições que apoiam e favorecem a consecução desses objetivos.

Consideramos, no entanto, que enquanto estiverem em vigor programas que consideramos desadequados (Matemática para o Ensino Básico, Matemática A e, por diferentes razões, Matemática B), os atuais normativos curriculares estão longe de se articular entre si, sendo alguns deles até contraditórios, o que constitui uma impossibilidade de se constituírem, como é definido, em matriz concetual de referência. Urge pois corrigir esta situação através de uma alteração urgente dos programas mais desadequados. Defendemos também que as AE devem ser definidas — ou, pelo menos, lidas — por ciclo de escolaridade por forma a facilitar a flexibilidade e articulação curriculares e a sua adequação aos contextos onde se desenvolvem os projetos de escola e de turma.

Defendemos e procuramos orientar-nos para uma educação matemática de excelência para todos. Uma excelência que requer equidade; que requer exigência e expectativas elevadas em relação aos alunos; que requer adaptação às suas idades e adequação aos desafios da sociedade fortemente técnica e tecnológica onde eles já nasceram; que requer, desde o seu início, o foco direcionado para o desenvolvimento de capacidades cognitivas mais complexas que contribuirão para a formação de indivíduos socialmente ativos e pessoalmente realizados, com o saber e o poder de compreender, de analisar, de intervir, de questionar, de criticar, de propor, de mudar e se adaptar às vertiginosas mudanças que o tempo, atrás do tempo, arrasta consigo.

<sup>1</sup> National Council of Teachers of Mathematics, *Principles to Actions: Ensuring Mathematical Success for All*, 2014; versão portuguesa, *Princípios para a Ação: assegurar a todos o sucesso em matemática*, APM, 2017.